

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de
Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de
Negócios, SA.**

1.^a Reunião
(21 de março de 2012)

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República** (Maria da Assunção Esteves): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 12 horas 5 minutos.

Muito bom dia, Srs. Deputados, Srs. Jornalistas e Srs. Funcionários. É este o momento da tomada de posse da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, SA, cujos objetivos estão demarcados na Resolução da Assembleia da República n.º 34-A/2012.

O mandato desta Comissão está claramente definido na Resolução, já publicada, pelo que vou passar a referir a sua composição: Srs. Deputados Afonso Oliveira (PSD), Carlos Abreu Amorim (PSD), Carlos Santos Silva (PSD), Cristóvão Crespo (PSD), Duarte Pacheco (PSD), Hugo Lopes Soares (PSD), Hugo Velosa (PSD), Ana Catarina Mendonça (PS), Basílio Horta (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Pedro Nuno Santos (PS), Vitalino Canas (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Telmo Correia (CDS-PP), Honório Novo (PCP), João Semedo (BE) e José Luís Ferreira (Os Verdes).

Nos termos legais pelos quais a Comissão se vai reger, a presidência caberá ao Sr. Deputado do PS Vitalino Canas, a quem apresento os meus cumprimentos e desejo as maiores felicidades. Está, pois, já identificada a presidência da Comissão.

Faltou-me referir os membros suplentes da Comissão, o que farei agora. São eles os Srs. Deputados Mónica Ferro (PSD), Teresa Leal Coelho (PSD), Hortense Martins (PS), Luís Pita Ameixa (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Cecília Honório (BE).

Temos, assim, uma composição de 17 Deputados, com um grupo de

suplentes constituído por 7 Deputados.

Falta indicar agora as vice-presidências desta Comissão, que são duas.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr.^a Presidente, o PSD indica para vice-presidente o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Nesse caso, o Sr. Deputado Duarte Pacheco será o 1.º vice-presidente desta Comissão.

Pedia aos grupos parlamentares que integram a Comissão que indicassem, caso ainda não tenham definido um nome, o 2.º vice-presidente, que poderia ser originário de um dos outros grupos parlamentares que não estão representados nestas vice-presidência e presidência.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, de acordo com as regras de rotatividade e a aplicação do método de Hondt, penso que cabe ao CDS indicar um vice-presidente, que, neste caso, será o Sr. Deputado Telmo Correia.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Estão, assim, identificados os dois vice-presidentes da Comissão, segundo o método de Hondt, que é o método estabelecido para esta e para as demais comissões parlamentares.

Desejo a todos os Srs. Deputados as maiores felicidades nos trabalhos da Comissão, que, como todos sabem, requer lealdade aos seus objetivos, já claramente definidos na Resolução que identifiquei.

Nos termos legais, indiquei ao Procurador-Geral da República a formação desta Comissão para os efeitos que se preveem na lei sobre as comissões parlamentares de inquérito e espero que os Srs. Deputados realizem aqui um trabalho concludente, que satisfaça as expectativas da instituição e do público.

Peço, então, ao Sr. Deputado Vitalino Canas que ocupe o seu lugar na mesa, bem como os Srs. Deputados vice-presidentes.

Bom dia e bom trabalho!

Neste momento, a Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, abandonou a sala de reuniões.

O Sr. **Presidente** (Vitalino Canas): — Srs. Deputados, vamos dar início formal ao funcionamento desta nossa Comissão.

Temos algumas questões de natureza logística a resolver.

Em primeiro lugar, chamo a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que, nos termos do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares — artigo 6.º, n.º 6 —, é condição para a tomada de posse de membro da Comissão, incluindo membros suplentes, a declaração formal de inexistência de conflito de interesses em relação ao objeto do inquérito, pelo que irei pedir aos serviços de apoio à Comissão que distribuam um documento, que deverá ser assinado pelos Srs. Deputados, documento esse em que se declara a inexistência de conflito de interesses.

Com esse documento irá ser distribuído um outro, através do qual os Srs. Deputados irão dar alguns dados para facilitar o contacto e a organização das reuniões.

Por hoje, não temos muito mais a fazer, para além de combinar a

próxima reunião desta Comissão. Ainda não temos o Regulamento aprovado, o que acontecerá, naturalmente, nessa reunião. Vou pedir aos serviços de apoio à Comissão que preparem um projeto e o distribuam aos Srs. Deputados, projeto esse que, porventura, terá já como «amarra» ou como «âncora» outros projetos de regulamentos anteriores. Mas, em todo o caso, tem de ser discutido e aprovado formalmente por esta Comissão.

Na próxima reunião também iremos definir a periodicidade das reuniões e os dias em que essas reuniões se devem efetuar. Tudo isso terá de ficar determinado.

Uma vez que a mesa já está constituída, não teremos de fazer nada em relação a esse ponto.

Dito isto, sugeria que a próxima reunião se realizasse no dia 27 de março, terça-feira, da parte da tarde, talvez por volta das 16 horas ou das 16 horas e 30 minutos.

Em todo o caso, gostava de ouvir os Srs. Deputados em relação a esse aspeto, ou em relação a outras questões que entendam que devam suscitar nesta altura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD não se opõe à marcação da próxima reunião na terça-feira, da parte da tarde.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, chamava apenas a atenção de que, normalmente, a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas também reúne na terça-feira, da parte da tarde. Portanto, talvez

fosse melhor reunirmos de manhã.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, apenas queria dizer que preferia reunir terça-feira ou de manhã ou a partir das 17 horas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, quanto às questões procedimentais que anunciou, da parte do Grupo Parlamentar do PCP nada há a opor.

Relativamente à proposta de nova reunião, a primeira reunião formal, concordo com o dia de terça-feira, da parte da tarde. Da parte da manhã, é objetivamente muito difícil participarmos com regularidade, por isso julgo que seria melhor marcar da parte da tarde, seja qual for a hora, de acordo com as conveniências.

Para estes efeitos, Sr. Presidente, sugeria que houvesse uma forma expedita de articularmos questões procedimentais e outras, fazendo reunir a mesa e os coordenadores dos diferentes grupos parlamentares, para alargar aos diferentes partidos políticos representados nesta Comissão a participação em decisões deste tipo.

O Sr. **Presidente**: — Para uma nova intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, então, ficando a nova

reunião agendada para terça-feira da parte da tarde, solicitávamos que fosse o mais cedo possível, designadamente às 14 horas e 30 minutos, uma vez que no final da tarde, às 18 horas, temos reunião de direção do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, creio que há várias hipóteses contraditórias. É óbvio, todos o sabemos, que terça-feira à tarde e quarta-feira de manhã, praticamente, todas as comissões reúnem e, portanto, haverá sempre impossibilidade de conciliar com todas. Também tenho reunião da Comissão de Assuntos Europeus a partir das 17 horas. Obviamente, teremos de fazer escolhas.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não podendo particularizar em relação a cada uma das comissões com que qualquer um dos Deputados acumula funções, o final da tarde de terça-feira é o período desse dia que coincide com menos trabalhos parlamentares. Portanto, sugiro que as reuniões da Comissão sejam às 17 horas ou, eventualmente, quando não estejam previstas audições, às 18 horas.

Creio que este horário é o menos conflituante com o de outros trabalhos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pelos vistos, ainda não temos um entendimento. Em todo o caso, queria realçar que não estamos a definir qual o dia normal das reuniões, mas, sim, o dia da primeira reunião, e é natural que, para esta primeira reunião, ainda não tenhamos as nossas agendas devidamente articuladas. Depois, poderemos começar a fazer essa articulação.

Repito: estamos apenas a procurar definir a hora da primeira reunião, e temos aqui várias dificuldades que se cruzam: há quem queira mais cedo e há quem queira mais tarde. Portanto, procuraria uma solução de compromisso, que é a de tentar encontrar o meio, e o meio foi, mais ou menos, o que sugeri inicialmente — reunirmos às 16 horas.

É importante que, nessa primeira reunião, haja uma participação fácil da parte dos Srs. Deputados, uma vez que vamos tomar decisões importantes.

Pausa.

Srs. Deputados, a próxima reunião fica então agendada para as 16 horas de terça-feira, dia 27 de março.

Recordo ainda que cada grupo parlamentar deve indicar o Deputado coordenador. Portanto, peço que o façam logo que possam e, se o puderem fazer já hoje, agradecerei. Há grupos parlamentares em que, por definição, já se sabe quem é o Deputado coordenador, porque apenas têm um representante — é o caso do PCP. Mas, em relação aos demais, pedia que o indicassem logo que possam.

Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, a direção do Grupo Parlamentar do PS indicou-me a mim como Deputado coordenador.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

A Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, uso da

palavra para o mesmo efeito e na mesma circunstância. O Grupo Parlamentar do CDS-PP indica-me a mim próprio para coordenador.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD indicará o coordenador muito brevemente, com certeza muito antes da próxima reunião.

Se me permite, Sr. Presidente, sobre um outro assunto, queria perguntar se é possível termos já na próxima reunião alguns documentos essenciais, designadamente as conclusões e outros elementos que forem considerados essenciais, referentes à primeira comissão de inquérito sobre o mesmo objeto a que esta Comissão se dedica.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado do PSD Carlos Abreu Amorim apresentou um requerimento oral no sentido de que toda a documentação que tiver sido produzida pela Assembleia da República a propósito do primeiro inquérito sobre a situação do BPN — permitam-me que o diga assim, de forma vaga — possa ser distribuída aos Srs. Deputados.

Irei solicitar aos serviços que apoiam a Comissão que o façam com urgência, ainda antes da próxima reunião.

O Sr. Deputado Duarte Pacheco acabou de me recordar que deveremos distribuir, antes da nova reunião, um projeto de regulamento, o que iremos fazer, naturalmente.

Não havendo mais pedidos de palavra, dou por concluída a reunião.

Eram 12 horas e 25 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL